

Antifragilidade democrática: uma análise sobre a marcha democrática contemporânea e o ciclo comportamental popular nas democracias atuais

DOI: 10.31994/rvs.v11i2.671

Gabriel Luiz de Mendonça Augusto¹

Rafael Alem Mello Ferreira²

RESUMO

O presente artigo busca estabelecer uma nova reflexão a respeito da marcha democrática contemporânea a partir da aplicação do conceito de antifragilidade criado pelo filósofo libanês Nassim Nicholas Taleb e geralmente empregado na construção de cenários econômicos. Para tanto, a metodologia utilizada para o seu desenvolvimento será a da pesquisa bibliográfica, permeada pelo levantamento de informações e conhecimentos acerca do tema debatido com o intuito de alocar essas discussões sobre a Democracia dentro da teoria econômica e Taleb. A análise do fenômeno democrático sob a perspectiva da antifragilidade nos levará a uma compreensão maior acerca da crise de representatividade política atual visualizada em países que se intitulam países com uma democracia consolidada, crise esta marcada pelo estremeamento da relação de confiança e fidelidade entre os eleitores e os partidos políticos, facilmente evidenciada pela maneira diferenciada pela qual o eleitorado tem se comportado em cada eleição, inclusive com o aumento de eleitores que não se identificam com partido algum.

¹ Advogado. Especialista em Direito Processual e Material do Trabalho. Mestrando em direito na Faculdade Direito do Sul de Minas- FDSM. E-mail: gabriellma@yahoo.com.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5110-3873>

² <https://orcid.org/0000-0002-5414-6705>

PALAVRAS-CHAVE: DEMOCRACIA. ANTIFRAGILIDADE. ESTADO. ELEITORADO.

**Democratic antifragility: an analysis of the contemporary democratic march
and the popular behavioral cycle in current democracies**

ABSTRACT

This article seeks to establish a new reflection on the contemporary democratic march from the application of the concept of antifragility created by the Lebanese philosopher Nassim Nicholas Taleb and commonly used in the construction of economic scenarios. For this purpose, the methodology used for its development will be that of bibliographical research, permeated by the survey of information and knowledge about the theme debated with the intention of allocating these discussions on Democracy within Taleb's economic theory. The analysis of the democratic phenomenon from the antifragility perspective will lead us to a greater understanding of the current crisis of political representativeness visualized in countries that call themselves countries with a consolidated democracy, a crisis marked by the shaking of the relationship of trust and fidelity between voters and political parties, easily evidenced by the differentiated way in which the electorate has behaved in each election, including the increase of voters who do not identify with any party.

KEYWORDS: DEMOCRACY. ANTIFRAGILITY. STATE. ELECTORATE.

INTRODUÇÃO

Cada época apresenta suas próprias conjunturas políticas, de modo que estas singularidades e particularidades correntes em cada um destes períodos de tempo decorrem justamente dos fenômenos políticos neles desenvolvidos, bem como em razão das diversas formas de pressão sobre elas exercidas; pressões estas que, por maiores que sejam, não rompem com o modelo político adotado, mas tem capacidade de afetá-lo e o condão de aprimorá-lo, melhorá-lo, ou simplesmente adequá-lo a nova realidade social.

O termo antifragilidade, criado pelo filósofo libanês Nassim Nicholas Taleb e originalmente empregado na construção de cenários econômicos, ao ser enxertado para a ciência política é capaz de proporcionar uma melhor compreensão da marcha democrática contemporânea, tão marcada por uma crise na representatividade política, em especial na democracia brasileira e na norte-americana, que relevaram através dos resultados das últimas eleições uma preferência popular por candidatos nada convencionais, para não se dizer exóticos, mas que, após eleitos, parecem não sustentar a predileção do seu eleitorado, justamente em razão das suas características pessoais que muito dizem respeito a forma pela qual conduzem suas políticas e governos.

O déficit democrático, a falta de participação política, o descompromisso institucional dos órgãos de representação popular, a censura ou ausência de quaisquer limites para a atuação da imprensa podem ser encarados como alguns exemplos de fenômenos que exercem este tipo de pressão no ideal democrático, ou pelo menos contra aquilo que se entendia em cada época como ideal democrático. Recentemente as pressões exercidas estão atreladas aos fenômenos ligados à mundialização econômica e política (GARCIA PELAYO, 2009).

Diante de tais fatos, é possível então argumentar que a representação política esta passando por uma verdadeira crise nos países ocidentais, o que então, conseqüentemente, nos permite também falar numa crise do atual sistema

democrático, visto que o crescente aumento da insatisfação e incredibilidade do eleitorado em seus políticos é cada vez mais evidente.

No mesmo sentido, a confiança nas instituições é igualmente baixa. Em junho de 2014, por exemplo, apenas 30% dos americanos afirmaram confiar na Suprema Corte, enquanto 29% expressaram confiança na presidência. Os índices de aprovação para o legislativo foram ainda mais desanimadores: no início da década de 1970, mas de 40% dos americanos manifestaram confiança no Congresso; em 2014, essa proporção caiu para 7% (MOUNK, 2019).

Antigamente era perceptível uma relação de confiança e fidelidade dos eleitores não só para com os partidos políticos, mas primeiramente para com os próprios candidatos ao parlamento, de modo que era possível visualizar um sentimento de identidade e compromisso entre os eleitores e seus candidatos, ou seja, uma evidência genuína da representação política (MANIN, 1995).

Também era possível identificar certa diferença entre os partidos políticos, bem como a diferença nos programas políticos que estes propunham e se comprometiam a cumprir, de modo que o ideal político incorporado pelo grupo partidário é justamente o laço que unia os eleitores, ao ponto de que a figura do candidato poderia até mesmo passar despercebida, pois qualquer um teria capacidades de representar os anseios populares.

Ocorre que, atualmente, parece que estamos diante de um demasiado estremecimento desta relação de confiança, fidelidade e compromisso historicamente visualizada. Esta alteração comportamental e de relacionamento entre o eleitorado e candidatos é justamente o que nos sugere a ideia de uma atual crise na representatividade política, que reflete, conseqüentemente, em uma crise da própria democracia, que pode então ser constatada de duas formas: i) o comportamento diferenciado do eleitorado em cada eleição, que faz com que não fique mais claro aquela previsibilidade no resultado eleitoral; ii) o aumento de eleitores que não se identificam com partido algum, o que novamente leva o resultado eleitoral a total aleatoriedade (MANIN, 1995).

Hoje notamos que a estratégia política adotada é a construção de imagens vagas embasadas nas personalidades de seus líderes, de modo que os políticos chegam ao poder por causa de suas aptidões e de suas experiências no uso dos meios de comunicação de massas, não porque se assemelham aos seus eleitores. Dois fatos que podem evidenciar e comprovar o argumento ora construído diz respeito justamente ao resultado das últimas eleições tanto nos Estados Unidos da América com a eleição do milionário Donald Trump no ano de 2016, quanto no Brasil que teve como vitorioso o candidato Jair Messias Bolsonaro, ex-militar e deputado estadual, no ano de 2018.

Ademais, quando falamos em crise, nos referimos àquela situação que pode ser explicada como uma mudança a nível social que exige do grupo um esforço suplementar para manter o equilíbrio ou estabilidade, não necessariamente relacionada apenas a um aumento da vulnerabilidade e risco, mas podendo ser encarada também como uma ocasião de crescimento, ou seja, a evolução favorável de uma crise, que conduz a um crescimento, à criação de novos equilíbrios e da sua capacidade de reação a situações menos agradáveis.

É justamente partindo desta visão de evolução favorável de uma crise é que surge então a ideia de aplicação do conceito de antifragilidade para a ordem democrática, visto que a ascensão de novas figuras na política pode ser encarada tanto como um sinal de saúde e vigor democráticos como também de enfermidade iminente.

A antifragilidade seria então a característica oposta à fragilidade, ou melhor dizendo, seria uma fragilidade reversa, algo ainda sim diferente dos conceitos já conhecidos de resiliência, resistência, solidez, inquebrável e robustez, pois estes últimos teriam a capacidade de resistir a choques e ao tempo, permanecendo inalterados em sua composição, enquanto o conceito de antifragilidade quer nos dizer mais, referindo-se então a ideia de algo que não apenas suporta o choque, mas de algo que se beneficia da crise e de cenários caóticos para se tornar melhor, ou seja, se fortalece na adversidade.

Assim, o conceito de antifragilidade quando aplicado aos sistemas políticos da atualidade nos induz à crença de que a crise democrática da contemporaneidade teria como elementos estressores a baixa representatividade política e a indisposição e desinteresse do eleitorado para os assuntos intrinsecamente políticos, elementos estes que por sua vez também acabariam ao final beneficiando o próprio sistema democrático.

Ou seja, os muitos impactos sobre o sistema democrático não seriam capazes de enfraquecê-lo ou destruí-lo, pois estaríamos ainda sim sustentados pela premissa de vedação ao retrocesso, mas teriam então o condão de fortalecê-lo, e assim, fortalecendo o seu ideal não apenas o faria resistir no tempo, mas aprimoraria a sua atual forma e expressão, levando-o a uma nova versão melhorada, na qual a democracia poderia prosperar e crescer quando exposta a esta volatilidade, no acaso, à desordem e estes agentes estressores (TALEB, 2015).

Nesse passo, o presente artigo busca então estabelecer uma nova reflexão a respeito da marcha democrática contemporânea a partir da aplicação do conceito de antifragilidade, de modo que a análise do fenômeno democrático sob a perspectiva da antifragilidade permitirá uma maior compreensão acerca da crise de representatividade política atual visualizada em países considerados de democracia consolidada, crise esta marcada pelo estremecimento da relação de confiança e fidelidade entre os eleitores e os partidos políticos, facilmente evidenciada pela maneira diferenciada pela qual o eleitorado tem se comportado em cada eleição, inclusive com o aumento de eleitores que não se identificam com partido algum.

Deste modo, em que pese todas as mudanças, inovações e práticas políticas trazidas pelos novos governos da atualidade, especificamente após os últimos resultados eleitorais, seja no EUA, seja no Brasil, há que se ter em mente a vontade de preservação do sistema político democrático, por mais fragilizado que o mesmo possa parecer, justamente por acreditar que ele ainda sim é o melhor caminho a ser trilhado e que todas as adversidades e até mesmo receio de retrocesso, sejam na verdade a prova clara de que são antifrágéis e que ao final a sociedade como um todo seria beneficiada com um sistema político fortalecido, aprimorado, mais

sofisticado e imune a todos os equívocos cometidos no passado e que motivaram em algum momento sua ruptura.

1 A TEORIA DA ANTIFRAGILIDADE DE NASSIM NICHOLAS TALEB

Para compreensão da teoria da antifragilidade desenvolvida pelo filósofo líbano-americano Nassim Nicholas Taleb, é necessário, primeiramente, nos aproximarmos do conceito correto do termo desenvolvido pelo seu autor, de modo que somente assim será possível desenvolvermos a ideia de sua aplicação como justificativa para o entendimento dos atuais sistemas políticos [crise].

Desta forma, o conceito de antifragilidade parte da ideia de que algumas coisas se beneficiam dos impactos; elas prosperam e crescem quando são expostas à volatilidade, ao acaso, à desordem e aos agentes estressores, e apreciam a aventura, o risco e a incerteza (TALEB, 2015). Ou seja, a ideia de antifrágil criada por Taleb (2015) fala de algo que se beneficia da crise e de cenários caótico, que se fortalece nas adversidades, diferente daquilo que é frágil (que quebra fácil) ou resistente, que também quebra, mas com mais dificuldade.

Como anteriormente falado, a antifragilidade não se resume simplesmente à resiliência ou à robustez, visto que aquilo que é resiliente resiste a impactos e permanece o mesmo; o antifrágil fica melhor (TALEB, 2015), implica a ter mais a ganhar do que a perder, ou seja, ter mais vantagens do que desvantagens com o evento estressor.

Essa propriedade está por trás de tudo o que vem mudando com o tempo: a evolução, a cultura, as ideias, as revoluções, a inovação tecnológica, o sucesso cultural e econômico, a sobrevivência das empresas, as boas receitas, o surgimento de cidades e culturas, as florestas equatoriais, a resistência bacteriana, os sistemas jurídicos, os sistemas políticos... até mesmo a nossa própria existência como espécie neste planeta (TALEB, 2015).

Para o filósofo em referência, o antifrágil aprecia a aleatoriedade e a incerteza, o que também significa a apreciação de certos tipos de erros, visto que a antifrágilidade teria então a propriedade singular de nos capacitar a lidar com o desconhecido, de fazer as coisas sem compreendê-las — e fazê-las bem, de modo que em cada domínio ou área de aplicação, seria então proposto regras para conduzir o frágil na direção do antifrágil, reduzindo a fragilidade ou aproveitando a antifrágilidade. Ou seja, se a antifrágilidade seria uma propriedade de todos aqueles sistemas naturais que sobreviveram até os dias de hoje, privar esses mesmos sistemas de certa volatilidade, aleatoriedade e agentes estressores os prejudicaria, o que então os enfraqueceria, mataria ou os destruiria.

Diante de toda essa formação conceitual sobre a antifrágilidade, o que nos parece ocorrer na atualidade é que há na sociedade como um todo certo intuito em fragilizar as coisas, a economia, nossa saúde, a educação, a vida política, tentando justamente suprimir a aleatoriedade e a volatilidade que as podem atingir. Segundo a analogia criada pelo Taleb (2015), assim como passar um mês na cama causa atrofia muscular, os sistemas complexos se enfraquecem e até mesmo morrem quando são privados de agentes estressores. (TALEB, 2015), motivo pelo qual há de que ser valorizada a ocorrência de fatos e fenômenos que possam representar certa perturbação aos sistemas atuais.

Assim, não seria diferente também com os sistemas políticos, visto que estes também tendem a seguir um padrão de ajuste racional, quando as pessoas são racionais e, portanto, escolhem a melhor opção. Os romanos, por exemplo, construíram seu sistema político por meio de ajustes, e não pela razão.

A exemplo disto, Políbio, em suas Histórias, compara Licurgo, o legislador grego que construiu seu sistema político “ignorando a adversidade”, aos romanos mais experientes, que, alguns séculos mais tarde “não chegaram ao sistema político por nenhum processo racional, mas pela disciplina de muitas lutas e dificuldades, e sempre escolhendo a melhor opção, à luz da experiência adquirida com os fracassos” (TALEB, 2015).

No mais, é necessário então entendermos o motivo pela qual devemos visualizar o atual sistema político democrático como algo que se amolda à ideia de antifragilidade. Para tanto, é preciso primeiramente nos debruçarmos sobre a história deste sistema político democrático, analisando então as suas fases, os fenômenos que motivaram sua reformulação, para somente assim refletirmos sobre a sua existência na atualidade e identificar as justificativas pelas quais devemos acreditar que após toda “tempestade” sempre vem a bonança.

2 A MARCHA DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE DO SISTEMA POLÍTICO NO TEMPO.

A mudança mais evidente ocorrida nos últimos séculos, e que ocorreu paralelamente ao surgimento dos partidos de massa, diz respeito ao direito de voto. O sufrágio foi ampliado de forma significativa, fato este que, conseqüentemente, também fez ampliar a ideia de representatividade política, pois quanto mais vasto e diversificado o eleitorado, mais diversificado será o parlamento e os interesses a serem defendidos.

Assim, a partir da segunda metade do século XIX é que os partidos políticos, como expressão da vontade do eleitorado, passaram a serem vistos como componentes essenciais da democracia representativa, de modo ainda que os seus programas políticos passaram a ser um instrumento de competição eleitoral, pois na maioria das vezes traziam em seu bojo promessas de solução para os problemas das massas populares.

Nesse passo, podemos então argumentar que a emergência dos partidos políticos de massa permitiu com que a massa do povo participasse da seleção de candidatos e da escolha de pessoas que compartilhassem de sua situação econômica e de suas preocupações, de modo que após eleitos, estes parlamentares permanecessem em estreito laço com suas bases eleitorais, o que tinha por efeito

causar a impressão aos eleitores de que eles determinavam a política a ser seguida (MANIN, 1995).

Assim, analisando historicamente, o parlamentarismo foi enxergado então como o modelo de representação política que perdurou até final do século XIX, quando então o seu enfraquecimento possibilitou que um novo modelo de representação emergisse; aquela feita pelos partidos de massa, entendida então como um progresso, um primeiro indício de avanço da democracia (MANIN, 1995).

A fim de conseguirmos estabelecer uma melhor visualização desta marcha histórica do sistema de representatividade política, servimo-nos do estudo realizado por Bernard Manin (1995) no ensaio *As metamorfoses do governo representativo* cujas ideias fizeram parte da obra *The Principles of Representative Government*, publicado posteriormente, no ano de 1997.

Manin (1995) aduz então em seu ensaio a possibilidade de se estabelecer três tipos ideais de governo representativo: **a)** parlamentar; **b)** democracia de partido; e, **c)** democracia do público, de modo que em todos eles seria possível vislumbrar a existência dos princípios do governo representativo. Ou seja, a eleição dos governados pelos seus representantes, a independência parcial dos representantes para com o seu eleitorado, a possibilidade de participação da opinião pública independentemente do controle do governo, e, por fim, a tomada decisão política sempre após os debates (MANIN, 1995).

No que se refere o primeiro princípio, aquele que garante que os representantes são eleitos pelos governados, parte-se da ideia de que não há representação quando os governantes não são periodicamente eleitos pelos governados. O processo eletivo resulta na atribuição de autoridade a determinados indivíduos para que governem sobre os outros. Este talvez seja o principal princípio que devemos relacionar ao nosso estudo sobre a antifrágilidade, pois somente o considerando com princípio norteador do sistema político e dos governos representativos é que é possível atribuir a aleatoriedade ao sufrágio, que possibilita a escolha de representantes diversificados.

Ademais, em relação ao segundo princípio, de que os representantes conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores, em que pese o fato de poder serem eleitos e destituídos, os representantes mantêm certo grau de independência em suas decisões e votações.

Já em relação ao terceiro princípio, o de que a opinião pública pode se manifestar independentemente do controle do governo sobre assuntos políticos, visto que um governo representativo supõe que os governados possam formular e expressar livremente suas opiniões políticas, esta por sua vez que é então formada por dois elementos, o acesso à informação, que nada mais é do que tornar publica as decisões governamentais, e a liberdade para expressar opiniões políticas, ou seja, a inexistência de qualquer forma de censura.

Por fim, em relação ao último princípio identificador do governo representativo, temos que as decisões políticas são tomadas somente após debate, ou seja, é justamente a ideia de que a representação política estaria ligada a ideia de discussão/debate, esta, por sua vez, ocasionada pela diversidade social do eleitorado.

Ademais, é justamente a maneira com que estes princípios são postos é que se estabelece as nuances sobre os tipos dos tipos de governos ideais, ou seja, aquilo que irá diferenciá-los e identifica-los, como, por exemplo, o tipo de representação parlamentar, na qual a relação de confiança tem caráter essencialmente pessoal, pois o representante pertence a mesma comunidade de seus eleitores, ou seja, o candidato inspira confiança por sua personalidade e não por suas relações com outros representantes ou com organizações políticas.

Cumpra ainda evidenciar as demais características do tipo parlamentar, como, por exemplo, a independência parcial dos representantes, pois os parlamentares são livres para votar de acordo com sua consciência e seu julgamento pessoal, não estando vinculados a nenhuma vontade política do lado de fora do parlamento. Há também a liberdade da opinião pública, que é totalmente diferente da participação popular. Há uma diferença entre participação popular através da eleição de representantes para o parlamento e a participação popular

através da chamada opinião pública, esta, por sua vez, que agia não só nos momentos de eleição, mas sim uma atividade constante da expressão popular.

Por fim, há ainda que ser evidenciado que as decisões políticas são tomadas somente após os debates, visto que uma vez que os representantes não estão vinculados a vontade dos seus eleitores, o parlamento pode se tornar um local de discussão e deliberação, e onde o consentimento de uma maioria é alcançado através da troca de argumentos.

Ocorre que o sistema político democrático, por ser algo dinâmico e sujeito a condução pelo povo, talvez não tenha visualizado no tipo parlamentar o modelo ideal, motivo passa-se a identificar uma nova forma de relacionamento entre o eleitorado e os candidatos, o que conduziu-nos então a chamada “Democracia de partido”.

Neste tipo, a ampliação do direito de voto ocasionou o aumento do eleitorado, assim, os cidadãos passaram a votar não mais em alguém que conheciam de forma pessoal, como acontecia no tipo parlamentar, mas passaram a votar naqueles que carregavam as “cores” do partido. Criou-se a expectativa de que com os partidos de massa, a classe operária se faria representada no parlamento. Ocorre que esta idealização não ocorreu de fato, vindo então a nascer uma nova elite.

Evidente que neste tipo de representação o povo vota no partido, não na pessoa, na fiel crença de que aquele candidato escolhido pelo partido para representa-lo tem íntima relação com sua estrutura, motivo pelo qual exerceria a sua atividade em estrita observância as diretrizes partidárias. Assim, na democracia de partido, a representação se torna reflexo da estrutura social que a sustenta. Ou seja, os representantes não são mais indivíduos livres para votar de acordo com sua consciência e julgamento, pois agora estão presos à disciplina partidária e dependem do posicionamento do partido que os elegeu (MANIN, 1995).

Ademais, nessa forma de governo representativo, os partidos organizam tanto a disputa eleitoral quanto os modos de expressão da opinião pública, visto que os partidos mantem laços com várias associações e órgãos de imprensa, sendo até

mesmo possível falar em controle dos meios de expressão disponíveis pelas organizações partidárias.

Não se pode perder de mente também que neste tipo de representação os debates ocorrem primeiro no interior das organizações partidárias, de modo que após a posição assumida pelo partido [internamente], o parlamentar não pode mudar de opinião em função dos debates. Nesse aspecto, a posição da maioria já esta fixada antes de começarem os debates, de modo que as sessões do parlamento apenas conferem um selo de validade legal a decisão tomadas anteriormente no seio do partido.

No mais, a “Democracia de Partido” teve sua importância histórica, mas como vimos apresentando, a dinâmica social nos traz um próximo modelo de representatividade, este por sua vez muito mais próximo ao que experimentamos nos dias de hoje, e pode ser chamado de “Democracia do Público”.

A afirmação de que este modelo se aproxima da nossa realidade se dá sobre o fato de que neste tipo de representatividade é possível visualizar que os resultados eleitorais são totalmente aleatórios, não estando mais vinculadas a qualquer situação socioeconômica e cultural dos eleitores. Nos deparamos então com o fenômeno da personalização da escolha eleitoral, ou seja, a personalidade dos candidatos passa a ser um dos fatores essenciais na explicação dessas variações.

Melhor elucidando, as pessoas passam a votar novamente na pessoa, como acontecia no tipo parlamentar, e não no partido, como na democracia de partido, todavia com certas diferenças para aqueles modelos superados. Todavia, não é exatamente igual no sistema parlamentar onde a escolha se dá a partir de um laço mais estreito com o representante, visto que agora a escolha é pessoal, mas sem qualquer relação de proximidade.

Ademais, outro elemento que deve ser levado em conta, pois interfere também na escolha dos representantes é o termo da escolha eleitoral, ou seja, vota-se com base numa percepção do que está em jogo em cada eleição (municipal, estadual ou federal). Ou seja, o eleitorado se vê exercendo um juízo de valor sobre as propostas dos candidatos, de modo que passam a optar por aquela que



represente mais benefícios ou que represente menos prejuízos sociais, econômicos, culturais e etc.

Neste modelo de representatividade conseguimos visualizar uma independência dos representantes para com o seu eleitorado, pois a eleição de representantes se dá em razão de uma imagem construída pelos próprios candidatos que é transmitida ao eleitorado; o eleitorado por sua vez vota com base nessas imagens. Assim, já que os representantes são escolhidos a partir destas imagens esquemáticas, sobra-lhes um espaço de liberdade após eleitos para agir.

Também neste tipo tem-se que os canais de comunicação com a opinião pública são politicamente neutros, ou seja, sem qualquer base partidária. O rádio e a televisão não tem oficialmente uma orientação ou vinculação partidária para que possa enaltecê-la, mas pelo contrário, a opinião pública se divide em relação ao tema, apresentando-se como um elemento extrínseco ao sistema, mas a divisão resultante não reproduz a clivagem eleitoral ou coincide com ela (MANIN, 1995).

Cumpra-nos evidenciar também que também neste modelo as decisões políticas tomadas após debates, assim como na democracia de partido. Os debates acontecem antes, ou seja, as discussões dentro dos partidos e as consultas entre o governo e os grupos de interesse ou associações são de fato relevantes. Todavia há algo de importante que devemos mencionar e que se difere também da democracia de partido. Atualmente, em razão justamente do fato de neutralidade da mídia, o eleitorado é mais instruído e preparado e interessado, de modo que o candidato é obrigado então a expor suas ideias diretamente ao público (MANIN, 1995).

Mas e hoje? Concordamos ainda que vivenciamos uma democracia do público? Ou já estamos diante de uma nova forma de expressão democrática?

Tal questionamento se faz importante, posto que o que visualizamos nos dias de hoje seja talvez um novo modelo resultante da democracia do público, pois certamente nos deparamos com uma forma nova de relacionamento entre o eleitorado e seus candidatos.

Talvez sua versão melhorada, mais qualificada, mais sofisticada, pois podemos então redefinir os quatro princípios elencados por Bernard Manin (1995)

em seu ensaio, e atrelá-los a nossa atual conjuntura social e política, na qual a ideia que a circunda é a da existência de uma crise de representação, justamente em razão da percepção de que o governo representativo vem se afastando da fórmula do governo do povo pelo povo, sendo possível dizer então que atualmente há um rearranjo das combinações políticas já existentes.

O que de certa forma identificamos com os resultados das últimas eleições, seja no Estados Unidos, seja no Brasil, é o fato de que parece-nos ocorrer um declínio das relações de identificação entre representantes e representados. A eleição dos governantes continua se dando pelos governados através de uma escolha pessoal, todavia sem qualquer relação de proximidade, ficando então ainda mais evidente que a escolha dos representantes fique atrelada às propostas eleitorais.

Ou seja, a pessoa do candidato não é mais o elemento importante para a escolha pelo eleitorado, mas sim as ideias e propostas que determinado candidato passa defender. Como anteriormente argumentado o eleitorado se vê exercendo um juízo de valor sobre as propostas dos candidatos, de modo que passam a optar por aquela que represente mais benefícios ou que represente menos prejuízos sociais, econômicos, culturais e etc.

Na Europa Ocidental, os partidos que sistematicamente atacam as normas democráticas fundamentais continuam a subir nas pesquisas. Pelo mundo todo, do Egito à Tailândia, experimentos democráticos novos foram aniquilados e as democracias existentes degeneraram em ditadura. Pela primeira vez em décadas, a *Freedom House* — que mede a abrangência do governo democrático no mundo — registrou mais países se afastando da democracia do que caminhando para ela. Na expressão de Larry Diamond, uma “recessão democrática” está em curso. (MOUNK, 2019)

Assim, ao olhar para toda a trajetória do nosso sistema político, conseguimos atribuir a ele a característica de antifragilidade na forma que foi desenvolvida a teoria de Taleb (2015). Fato inconteste é que ainda estamos sobre os trilhos da democracia, mas certamente esta não é, ou pelo menos apresenta-se, a mesma

democracia que conhecemos de 1, 10, ou 100 anos atrás. O ideal permanece o mesmo, todavia a forma pela qual ele tem se desenvolvido na sociedade deixa evidente a sua capacidade de adaptação e aprimoramento, justamente em resposta as inúmeras tensões e estresses o qual é submetida.

3 A ANTIFRAGILIDADE COMO ATRIBUTO DA DEMOCRACIA.

Novamente, retomando a ideia de antifragilidade de Nassim Taleb, partimos da premissa que a antifragilidade tem por pressuposto a necessidade de conflitos e adversidades, visto que tais servem como molas propulsoras à uma série de avanços. Quando relacionamos este conceito à ideia de sistemas políticos e a de democracia, conseguimos de igual forma compreender toda a trajetória dos sistemas políticos neste trabalho evidenciados, a sua atual versão, bem como possivelmente justificar os últimos resultados eleitorais, consolidando então o entendimento de que o mesmo sofrerá nova adequação e se apresentará em nova versão em momento futuro.

Esta constante perturbação ao sistema político, no caso, a democracia, ocasionada por diversos atores, tais como, o povo, a mídia, e os próprios governantes eleitos é o que possibilita a sua atualização e melhoramento, sendo certo o impedimento de qualquer retrocesso social.

Por isso visualizamos a democracia dotada do atributo da antifragilidade de Taleb (2015). As coisas antifrágéis são aquelas que, como já exposto anteriormente, não apenas se mantêm indiferentes com a aleatoriedade, como uma pedra dura ao ser chacoalhada dentro de uma caixa de papelão, mas que ganham com isso, se tornam mais fortes e poderosas. São como a Hidra de Lerna da mitologia grega: quando uma de suas três cabeças de serpente era cortada, nasciam duas no lugar, o que exigiu de Hércules um pensamento mais artimanhoso, a méti dos gregos, ou seja, aquela inteligência que tergiversa, elabora, não anda em linha reta, para vencê-la.

Coisas antifrágéis ganham ao receberem pancadas, ao serem criticadas, ao estarem desprotegidas da crença no controle da modernidade, como, por exemplo, a democracia. Basta submetê-la ao descontrole do mundo para elas se torne mais forte. É justamente o que notamos no atual cenário político.

De certo modo poderíamos dizer que nos amoldamos já a uma nova forma de sistema que supera à chamada democracia do público, visto que visualizamos com muita nitidez que a escolha dos representantes pelo eleitorado é feita com total aleatoriedade e subjetividade, visto que não se vislumbra mais aquela relação de fidelidade ou apego a pessoa ou sua proposta política, mas sim a escolha por aquele que apresenta a melhor solução para o descontentamento político existente. Solidifica-se a ideia do “voto de protesto”.

Essa reação do eleitorado ficou bem evidente nas eleições presidenciais brasileiras de 2018, quando então o candidato Jair Messias Bolsonaro alavancou na campanha presidencial ganhando o apoio da maioria dos eleitores, não porque demonstrava ser o “salvador da pátria” ou apresentava propostas políticas mais convincentes do que as de seus concorrentes, mas porque talvez tenha sido encarado pelos eleitores brasileiros como a única forma de realizar uma quebra e então a alternância do modelo de governo estabelecido pelo Partido dos Trabalhadores por mais de 12 anos consecutivos.

Se pararmos para analisar a trajetória eleitoral do atual presidente brasileiro é então possível ver que, enquanto deputado estadual, Bolsonaro somente fazia aparições televisivas para ser pisoteado por seus entrevistadores, inclusive na imprensa escrita. Jair Bolsonaro não era sequer defendido pela própria direita, pois sempre tinha a sua imagem associada a ditadura militar, ou seja, àquilo que sempre foi considerado o mal em si do mundo.

Isso era evidente em cada aparição e pronunciamento, como, por exemplo, o seu voto pelo impeachment de Dilma Rousseff, homenageando o Coronel Ustra, coronel do Exército Brasileiro, ex-chefe do DOI-CODI, um dos órgãos atuantes na repressão política durante o período da ditadura militar no Brasil e torturador condenado.

Sempre com o seu discurso em tonalidade áspera, considerado até mesmo por muito como odioso, e geralmente atacando adversários, Bolsonaro foi ganhando mais eleitores e, conseqüentemente, voto, passando então de um militar reformado, que fez carreira no Rio de Janeiro, a um candidato à presidência da república perfeitamente elegível, fato este que foi potencializado após o seu anúncio de que concorreria às eleições presidenciais de 2018.

A cada nova aparição e discurso Jair Bolsonaro ganhou mais seguidores nas redes sociais, inclusive com tendo em uma de suas páginas na internet um número de acessos e curtidas demasiadamente superior ao do de Lula, Dilma Rousseff e Marina Silva.

Apesar de todas as campanhas da agência favoráveis ao Partido dos Trabalhadores na criação de hashtags no Twitter que defendam Dilma Rousseff, falando em “democracia” ou “golpe”, a hashtag *#BolsonaroPresidente*, completamente espontânea, se tornou, sem agência alguma, o primeiro assunto comentado no Twitter em todo o mundo.

Neste ponto, há uma similaridade com o então presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, que também tinha a capacidade de dizer as mais estapafúrdias asneiras em suas aparições e discursos nas reuniões do partido, e mesmo assim só ganhar eleitorado com isto. Ambos os personagens políticos falam grosso, não medem as palavras, tem reações irrefletidas diante daqueles que mais querem lhe prejudicar, mas, ao final, o resultado era o aumento no número de eleitores.

Como anunciado na matéria do jornal BBC News Brasil, (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45981229>), a força eleitoral de Jair Bolsonaro no primeiro turno, quando obteve 46% dos votos válidos, gerou uma onda crescente de adesão de última hora de políticos e empresários, por exemplo.

Ocorre agora que, após eleito presidente, Jair Bolsonaro parece não conseguir sustentar o mesmo apoio adquirido durante a campanha eleitoral, perdendo drasticamente o número de apoiadores e ganhando significativamente o número de críticos, chegando até mesmo parecer que parte de seus eleitores se

voltaram contra ele mesmo. Este revés na balança: apoiadores x opositores é justamente o que nos leva a concluir na utilização do voto como ferramenta de protesto.

Esse tipo comportamento do eleitorado, que reside justamente no fato de que a motivação pela escolha do candidato “A” e não o candidato “B” com o intuito único de simplesmente criar oposição ao regime estabelecido, é capaz de causar grandes transtornos a atual ordem democrática, podendo as vezes nos colocar a mercê de ideias e propostas políticas desafiadoras ou até mesmo preocupantes, mas este mesmo comportamento não teria a força necessária, por si só, de destruir o sistema político adotado, ou simplesmente enfraquece-lo, mas muito pelo contrário, seria capaz de ensiná-lo.

No mais, hoje o sistema democrático contemporâneo enfrenta este grande problema, qual acreditamos conter o gérmen para sua própria evolução e aprimoramento. A correta utilização das ferramentas políticas e jurídicas de governo, a começar pelo voto e até mesmo o pedido de impeachment de um governante, é capaz de fazer com que o eleitorado adquira certa memória institucional que sempre será norteada pela premissa moral e social de vedação ao retrocesso.

Hoje esta aleatoriedade na escolha dos representantes pelo eleitorado é geralmente sustentada através do discurso popular de que a todos é assegurado determinadas garantias processuais e constitucionais que na verdade acabam sendo ferramentas auxiliares para a condução de um governo da melhor forma possível, de modo que sempre se justificará o argumento de que “se não estiver bom, tiramos”.

No mais, essa equivocada utilização, ou pelo menos mal instrução quanto ao uso, das ferramentas jurídico-políticas existentes faz com que o eleitorado crie essa percepção consequentemente equivocada de que as escolhas realizadas de forma democrática podem ser revisadas a todo momento. A imprudência e/ou negligência no exercício do direito ao voto ocasionada justamente pela grande distanciação dos eleitores dos assuntos políticos importantes, bem como em razão da antipatia criada

à política pelos recentes governantes, faz com que esse mesmo eleitorado passe a tratar as questões políticas como de simples solução.

Pensemos no caso do presidente eleito Jair Bolsonaro. Grande parcela das justificativas expressas para explicar a sua vitória nas urnas se deu em razão do descontentamento com o governo petista estabelecido por mais de 12 anos consecutivos, o qual foi submetido inclusive ao um impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Todavia, após eleito, o atual presidente experimenta de certa desaprovação de parte de seus próprios eleitores, estes que possivelmente optaram por escolhê-lo não por coadunarem com suas ideias, mas tão somente como forma de oposição ao outro candidato.

Uma vez eleito, o atual presidente deve colocar em prática todas as suas propostas realizadas na época de campanha que, por mais absurdas que possam parecer, espera-se que sejam coerentes ao seu plano eleitoral e busquem de certo modo uma solução para os problemas nacionais. No mais, ainda que seu plano de governo, políticas adotadas ou convicções pessoais gere o descontentamento do grande parte da população, tal descontentamento não pode por si só fomentar os discursos de impeachment sustentados por seus opositores.

Ao implantarmos o atributo da antifragilidade à democracia colocamos em prática o entendimento de que por mais turbulento ou problemático se apresente o atual governo, o ideal de democracia somente será fortalecido se formos fiéis a “regra do jogo” e não utilizarmos dos instrumentos políticos-jurídicos de forma a subvertê-los, correndo então o risco de que sejam utilizados apenas para a manutenção do poder de determinada classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente na trajetória do sistema democrático que partimos inicialmente de uma representatividade ocorrida pelo parlamento, posteriormente através de uma democracia de partido, e, por fim, na chamada democracia do público, e que a

relação de fidelidade e intimidade existente entre eleitorado e governantes foi ao longo do tempo se fragilizando e minguando, o que fez com que surgisse na atualidade uma novo critério de escolha de representantes pelo eleitorado.

A inexistência de afinidade do eleitorado com a política, até mesmo a aversão de grande parte dos eleitores para com os assuntos relacionados à política, faz com os critérios de escolha dos representantes não tenham mais a mesma objetividade e clareza de outrora o que faz com que o resultado das eleições sejam totalmente imprevisíveis, de modo que resultados improváveis passem a acontecer com maior facilidade.

No mais, são justamente estes fatos que podem ser considerados como os agentes estressores do ideal democrático e que permitem então a adequação da teoria da antifragilidade de Nassim Taleb também nesta seara.

Deve-se ter em mente que a ideia de antifragilidade abarca também a ideia de vedação ao retrocesso, ao passo que partimos do pressuposto que os ganhos já adquiridos e os avanços já conquistados historicamente pela sociedade não poderiam ser deixados de lado por qualquer governo que se apresente dentro de ideal democrático.

Ademais, o presente artigo buscou justificar através do conceito de antifragilidade desenvolvido pelo filósofo Nassim Taleb de que não devemos medir esforços para a manutenção do ideal democrático, ainda que o governo eleito através de sua política evidencie certo afastamento. A sociedade como um todo tem muito mais a ganhar do que a perder com a superação de cada resultado eleitoral.

Ou seja, renovamos aqui o argumento de que ao implantarmos o atributo da antifragilidade à democracia colocamos em prática o entendimento de que por mais turbulento ou problemático se apresente o atual governo, o ideal de democracia somente será fortalecido se formos fiéis a “regra do jogo” e não utilizarmos dos instrumentos políticos-jurídicos de forma a subvertê-los, correndo então o risco de que sejam utilizados apenas para a manutenção do poder de determinada classe.

O ideal democrático deve sobreviver a todas as intempéries que se insurgem com ele, sendo certo ainda que somente quando exposto a todas as adversidades e



estresses é que logrará êxito no seu aprimoramento, ou seja, temos que ter em mente que a evidência de que a democracia está sob ataque só faz crescer.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Quais as alternativas para a democracia representativa**. In O marxismo e o Estado. (pp. 33-54). Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **O futuro da democracia: um desafio das regras do jogo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Estado governo sociedade; para uma teoria geral da política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCIA PELAYO, Manuel. **As transformações do Estado contemporâneo**. Tradução e prefácio de Agassis Almeida Filho. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MANIN, Bernard. **As Metamorfoses do Governo Representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, pp. 5-34, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4418905/mod_resource/content/1/Manin%20-%20Metamorfoses%20do%20governo%20representativo%20%28artigo%29.pdf

_____. **The Principles of Representative Government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Yascha Mounk; tradução Cássio de Arantes Leite, Débora Landsberg. 1. ed. São Paulo, 2019.

SUNSTEIN, Cass. R. **O mundo segundo Star Wars**. Cass R. Sunstein; tradução de Ricardo Dominelli. Rio de Janeiro: Record, 2016.



TALEB, Nassim. **Antifrágil**. Tradução Eduardo Rieche. Rio de Janeiro: Best Business, 2015.

ZIZECK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. Slavoj Zizek; tradução Rogério Bettoni. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

Recebido em 29/04/2020

Publicado em 31/08/2020